

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E AGROPECUÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE*



Cintia Neves Godoi¹, Sandro Luiz Bazzanella², Letícia Paludo Vargas³

Resumo: a Amplanorte é uma associação que compreende dez municípios localizados na região do Planalto Norte Catarinense. Estes municípios possuem entre 6 e 8,5% de suas áreas totais dedicadas as atividades produtivas da agricultura, especialmente vinculadas à agricultura familiar. Neste sentido, este artigo procurou refletir sobre a disposição e a dinâmica das atividades produtivas constitutivas da matriz econômica do planalto norte, entre elas a agricultura praticada regionalmente. Constatou-se, de forma geral, a concentração de riqueza em municípios como Canoinhas e Mafra. Também, o maior número de propriedades e de maior extensão em Canoinhas, além de índices de desenvolvimento significativos nestes municípios. Observa-se também a importância do setor de serviços na composição do Produto Interno Bruto dos municípios em questão. O trabalho, portanto, expõe a complexidade de análise socioeconômica regional, e a necessidade de avançar no levantamento de novos dados que apoiem o entendimento das questões de extrema pobreza, para proporcionar melhorias na qualidade de vida da sociedade, bem como outras questões.

Palavras-chave: Agricultura. Desenvolvimento rural. Economia.

SOCIO-ECONOMIC AND AGRICULTURAL CHARACTERISTICS IN THE PLANALTO NORTE CATARINENSE

Abstract: Amplanorte is an association comprising ten municipalities located in the Planalto Norte Catarinense. These municipalities have between 6 and 8.5% of their total areas dedicated to productive agricultural activities, especially those linked to family farming. In this sense, this article sought to reflect on the disposition and dynamics of the productive activities that constitute the economic matrix of the

* Recebido em: 04.10.2021. Aprovado em: 18.11.2021.

1, 2, 3 Universidade do Contestado (UnC).

northern plateau, including agriculture practiced regionally. It was found, in general, the concentration of wealth in municipalities such as Canoinhas and Mafra. Also, the largest number of properties and the largest extension in Canoinhas, in addition to significant development indices in these municipalities. It is also observed the importance of the service sector in the composition of the Gross Domestic Product of the municipalities in question. The work, therefore, exposes the complexity of regional socioeconomic analysis, and the need to advance in the collection of new data that support the understanding of the issues of extreme poverty and local and regional violence, to provide improvements in the quality of life of society, as well like other questions.

Keywords: Agriculture. Rural development. Economy.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS Y AGRÍCOLAS EN LOS MUNICIPIOS DE PLANALTO NORTE CATARINENSE

Resumen: Amplanorte es una asociación integrada por diez municipios ubicados en la región Planalto Norte de Santa Catarina. Estos municipios tienen entre un 6 y un 8,5% de su superficie total dedicada a actividades agrícolas productivas, especialmente las vinculadas a la agricultura familiar. En este sentido, este artículo buscó reflexionar sobre la disposición y dinámica de las actividades productivas que constituyen la matriz económica del altiplano norte, incluida la agricultura practicada regionalmente. Se constató, en general, la concentración de la riqueza en municipios como Canoinhas y Mafra. Asimismo, el mayor número de predios y la mayor extensión en Canoinhas, además de importantes índices de desarrollo en estos municipios. También se observa la importancia del sector servicios en la composición del Producto Interno Bruto de los municipios en cuestión. El trabajo, por lo tanto, expone la complejidad del análisis socioeconómico regional, y la necesidad de avanzar en la recolección de nuevos datos que apoyen la comprensión de los temas de pobreza extrema y violencia local y regional, para brindar mejoras en la calidad de vida de la sociedad, así como otras preguntas.

Palabras clave: Agricultura. Desarrollo Rural. Economía.

A Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (Ampla) foi fundada na década de 1960 e, a partir de 2007, incorporou municípios da Associação dos Municípios da Região do Contestado (Amurc) e, atualmente formam a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (Amplanorte), com os seguintes afiliados: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras. Esta Associação se apresenta como articuladora dos interesses dos municípios da região, e como estrutura organizadora para reivindicações dos municípios com relação às demais esferas do governo.

Em Santa Catarina há vinte e uma associações de municípios como a Amplanorte, dentre elas estão: Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), Associação do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC), Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC), Associação dos Municípios da região do Contestado (AMURC), dentre outras, como será exposto nos resultados deste artigo.

A partir do pressuposto de que as ações de potencialização e articulação da produção podem extrapolar os limites municipais, porque podem congregam o máximo de produtores possíveis, se fez importante estabelecer um recorte de análise que não fosse municipal. E, considerando que já existe uma Associação de municípios estruturada na defesa de interesses locais e regionais, avaliou-se adequado reunir os municípios com-

preendidos por esta Associação, pois, a partir de tais perspectivas de análise se pode gerar um documento científico acadêmico e fomentar o debate dos agentes locais e regionais na análise do cenário atual. A partir de tais perspectivas, se pode considerar investimentos e ações com vistas a apoiar os produtores e a população local e regional.

Assim, serão apresentados os dados socioeconômicos e da produção agrícola advindo dos referidos municípios, para o debate sobre a produção agrícola local e regional, especialmente a produção agrícola familiar.

Uma análise de dados socioeconômicos dos municípios compreendidos pela Associação, permite constatar que praticamente todos os municípios têm de 6 a 8,5% de suas áreas destinadas a produção agropecuária. A maior parte destas atividades estabelece relações de produção familiar, e há heterogeneidade nos aspectos socioeconômicos apresentados. Isto quer dizer que há municípios com dados de desenvolvimento humano mais avançados e, por outro lado há municípios com mais de 20% de sua população vivendo em condições de extrema pobreza, dentre outros aspectos que podem apoiar o entendimento das condições de vida alcançadas pela população local.

Neste sentido, este artigo objetiva realizar um diagnóstico socioeconômico e produtivo na região da Amplanorte. A proposta é elencar, a partir da análise, possibilidades de melhorias nas formas de organização e articulação produtivas, objetivando estimular o debate sobre a importância da produção agrícola, especialmente em caráter familiar e possível relação entre melhores dados socioeconômicos para valorização e potencialização da produção local e regional.

Este artigo está dividido em três partes, além da introdução. Na introdução apresentou-se a Associação de Municípios e algumas características destes municípios, posteriormente será apresentada a metodologia utilizada para a coleta dos dados, em seguida os resultados da pesquisa, com descrição e comparação com dados da literatura, e, ao final as principais considerações da análise dos resultados.

METODOLOGIA

Tendo em vista o exercício de elencar as atividades produtivas, especialmente do setor agropecuário regional nos municípios e o alcance dos cooperados, relacionados a estas atividades para apoiar o debate sobre políticas públicas de suporte as atividades de articulação coletiva, este artigo apresenta levantamento de dados em fontes como Censo Agropecuário de 2017, e da Mandala Municipal. A Mandala ODS é uma plataforma de apresentação de dados disponibilizada pela Confederação Nacional dos Municípios aos gestores públicos municipais e à sociedade que disponibiliza dados socioeconômicos coletados em órgãos públicos como IBGE, IPEA, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério de Economia, dentre outros, e os reúne para expor o desempenho dos Municípios brasileiros quanto ao nível do alcance da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os dados do Censo Agropecuário, 2017 permitem conhecer dados em âmbito municipal de diversas ordens. Para este artigo foram selecionados abaixo elencados no Quadro 1.

Quadro 1: Dados utilizados para diagnóstico da Amplanorte, com base no Censo Agropecuário de 2017

Dados analisados
Área total destinada à produção agropecuária
Área total destinada a produção familiar
Número de unidades produtivas vinculadas à produção familiar,
Número de pessoas trabalhando em cada unidade produtiva da agricultura familiar
Número de pessoas com laços de parentesco atuando em cada unidade produtiva
Tamanho das áreas produtivas
Número de cooperados nas mesorregiões de Santa Catarina
Número de cooperados nos municípios da Amplanorte

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Censo Agropecuário/IBGE (2017).

Já os dados levantados no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) especialmente do IBGE Cidades, foram os do Quadro 2.

Quadro 2: Dados coletados do IBGE e ano de referência

Dados utilizados	Ano de referência
Estimativa populacional municipal	2020
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal	2010
Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios	2018
Composição do Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios	2018

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IBGE (2010, 2017, 2018).

Em adição, os dados levantados no portal Mandala Municipal dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios, utilizados neste artigo foram os seguintes: Proporção de pessoas vivendo na extrema pobreza (2019), e Taxa de homicídio por 100 mil habitantes (2018).

Foram também considerados dados oriundos da Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), especialmente dados sobre o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) nas diferentes Associações Municipais do Estado de Santa Catarina.

Após levantamento e apresentação dos dados específicos sobre a região da Amplanorte, foram realizadas algumas análises e problematizações refletidas a partir dessas informações. A ideia foi elencar questionamentos para estimular o debate sobre a importância da articulação de produtores, demandas sociais locais e políticas públicas para considerar os problemas socioeconômicos visualizados.

Além disso, é perceptível que avaliar os dados destacados e relacionar as características dos municípios da referida região, permitirá perceber alguns elementos importantes para gestores públicos e sociedade civil organizada. Conhecendo características, problemas e, desafios é possível analisar possibilidades e caminhos para enfrentá-los.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Amplanorte e seus Municípios

Formam a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (Amplanorte), os seguintes afiliados: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras.

De acordo com a Tabela 1, observa-se que os municípios possuem algumas características similares, como população abaixo de 100 mil habitantes. Os municípios com maior população estimada são Canoinhas e Mafra, que em 2020 alcançaram projeção de 54.480 e 56.561 habitantes. No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Porto União se destaca em primeiro lugar, e Mafra em segundo. No que diz respeito ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, os municípios que se sobressaem são Três Barras e Mafra.

Tabela 1: Dados de população, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos municípios da Amplanorte

Município	População Estimada 2020	IDH	PIB per capita
Bela Vista do Toldo	6.362	0,65	23.763,33
Canoinhas	54.480	0,75	31.334,28
Irineópolis	11.289	0,69	31.142,72
Itaiópolis	21.780	0,70	34.769,15
Mafra	56.561	0,77	34.993,36
Major Vieira	8.156	0,69	26.205,89
Monte Castelo	8.269	0,67	21.278,78
Papanduva	19.422	0,70	31.184,55
Porto União	35.543	0,78	21.427,35
Três Barras	19.366	0,70	58.050,25

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de IBGE (2021).

A seguir serão apresentadas as vinte e uma associações de municípios existentes no estado de Santa Catarina. Estas associações reúnem os diferentes municípios com características semelhantes, em uma distribuição que alcança todo o estado catarinense e apoia ações de organização e planejamento de gestores públicos.

Quando comparada às demais Associações de municípios, de acordo com o Sistema de Indicadores do Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), a Amplanorte se apresenta entre os municípios abaixo de 0,6⁴, que representam 62% do total. O restante (38%) apresentam índices acima de 0,6, com destaques na Tabela 2.

4 O IDMS é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território. Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão, capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável. A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional.

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) das vinte e uma Associações de Municípios de Santa Catarina

Associação	Índice
AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani	0,551
AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina	0,553
AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense	0,624
AMPLANORTE - Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense	0,55
AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado	0,56
GRANFPOLIS - Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis	0,612
AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe	0,574
AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios	0,561
AMMVI - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí	0,663
AMPLASC - Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina	0,592
AMUREL - Associação dos Municípios da Região de Laguna	0,561
AMAUC - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense	0,62
AMESC - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense	0,544
AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense	0,544
AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera	0,643
AMURES - Associação dos Municípios da Região Serrana	0,531
AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí	0,579
AMFRI - Associação de Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí	0,664
AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina	0,587
AMUNESC - Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina	0,675
AMVALI - Associação dos Municípios do Vale do Itapocu	0,654

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Fecam (2020).

No que tange a somatória do Produto Interno Bruto, analisando os valores totais de cada município, é mister considerar a importância do município de Canoinhas em primeiro colocado como maior arrecadação das atividades de Agropecuária, e em segundo lugar Mafra. Em termos de arrecadação advinda das atividades industriais, Três Barras se destaca em primeiro lugar com significativa diferença para o valor alcançado pelos demais municípios, e em segundo lugar se apresenta Mafra. No que diz respeito ao setor de serviços, Mafra e Canoinhas se destacam como municípios com maior arrecadação, cujos valores alcançados são consideravelmente maiores do que os dos demais setores. Por fim, no que diz respeito à Administração, Mafra se posiciona em primeiro colocado e Canoinhas em segundo. Os dados podem ser observados na Tabela 3, em destaque para os municípios citados.

Tabela 3: Classificação do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da Amplanorte

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração
Bela Vista do Toldo	80.443,73	7.288,04	26.047,70	32.541,36
Canoinhas	243.761,79	307.047,37	759.628,81	242.213,62
Irineópolis	135.721,38	17.207,10	121.087,25	53.919,27
Itaiópolis	216.365,41	159.805,11	213.692,39	105.164,20
Mafra	222.430,70	428.681,57	862.105,53	256.457,78
Major Vieira	78.632,55	23.785,07	58.981,16	37.986,81
Monte Castelo	39.030,91	18.936,80	66.133,82	38.379,25
Papanduva	120.754,77	120.710,65	213.430,28	89.554,47
Porto União	56.139,13	150.429,71	328.798,25	156.237,96
Três Barras	36.754,18	637.932,23	208.122,13	97.956,43

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de IBGE (2018).

Como se pode perceber a região é formada por municípios com populações em geral até 50 mil habitantes, com Canoinhas e Mafra apresentando pouco mais do que este quantitativo. São municípios com entre 6 e 8% de suas áreas destinadas as atividades agropecuárias, cujo PIB é formado majoritariamente pelo setor de serviços (47%), posteriormente industrial (30,5%), em terceiro lugar pelas atividades agropecuárias (21%) e por fim administração (1,5%).

Dos dez municípios que compõe a Amplanorte, quatro deles totalizam maior valor do PIB no setor agropecuário do que nos demais, são eles: Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Itaiópolis e Major Vieira. Por coincidência, são municípios, três deles (Bela Vista do Toldo, Irineópolis e Major Vieira), com quantidade populacional muito próxima e IDH-M também próximos, bem como apresentam concentração populacional mais no meio rural do que no meio urbano.

A partir dos dados descritos até o momento, pode-se confirmar a potencialidade do setor agropecuário para a composição da riqueza local. Entretanto, outros fatores importam para entendimento da importância das atividades, como número de pessoas empregadas, número de produtos manufaturados, dentre outros aspectos.

É possível constatar atividades produtivas para o desenvolvimento e consolidação da agricultura familiar na Associação. Corroboram essa possibilidade o porte das propriedades, as condições ambientais (solo, clima e abastecimento de água) fatores favoráveis a esse indicativo.

Mas, questões que implicam em desafios devem ser analisadas, quando se considera que Canoinhas e Mafra, apesar do quantitativo populacional, são municípios com média de 7% de suas áreas destinadas às atividades agropecuárias. Ao se correlacionar essa potencialidade com a origem do PIB desses municípios constata-se que o mesmo

advém do setor de serviços, posteriormente industrial, e em terceiro lugar pelas atividades agropecuárias.

Para realização do diagnóstico dos municípios da Amplanorte que mais dedicam áreas de suas abrangências às atividades agropecuárias, foram levantados os dados da área total do município, área destinada a agropecuária para posteriormente estabelecer o percentual de áreas destinadas as atividades em questão.

Neste sentido, se observa que os municípios que mais evidenciados em termos de áreas especificamente destinadas às atividades agropecuárias são Major Vieira e Irineópolis.

Perfil das Atividades Agropecuárias e os Municípios da Amplanorte

O entendimento dos municípios que abarcam propriedades dedicadas a produção agropecuária, e mais especificamente dedicadas a comercialização da produção agropecuária, exige o levantamento de dados específicos sobre o número de estabelecimentos, o número dedicado a comercialização da produção, e do valor obtido pela produção agroindustrial.

Tabela 4: Área destinada às atividades agropecuárias e percentual – Municípios da Amplanorte

Município	Área total do Município (ha)	Área destinada às atividades agropecuárias (ha)	% da Área destinada às atividades agropecuárias
Bela Vista do Toldo	535.682	42.807	7.99
Canoinhas	1.148.036	89.820	7.82
Irineópolis	589.698	47.823	8.11
Itaiópolis	1.297.543	84.446	6.51
Mafra	1.404.084	86.975	6.19
Major Vieira	520.816	44.580	8.56
Monte Castelo	560.743	33.010	5.89
Papanduva	764.737	49.121	6.42
Porto União	848.779	61.695	7.27
Três Barras	436.496	30.442	6.97

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Censo Agropecuário (2017).

Em números de estabelecimentos agropecuários, os municípios de Canoinhas e Itaiópolis apresentam dados expressivos, bem como na produção comercial destas unidades. Mas, no que diz respeito ao valor arrecadado com a produção, Major Vieira se destaca com expressiva diferença em primeiro lugar, e Canoinhas fica em segundo lugar. Os dados são observados na Tabela 5, abaixo.

Tabela 5: Número de estabelecimentos agropecuários, valor da produção da agroindústria e número de estabelecimentos com produção para comercialização

Município	Nº de estabelecimentos Agropecuários	Valor da Produção da Agroindústria Rural (Mil Reais)	Nº de estabelecimentos Agropecuários - Produção para Comercialização
Bela Vista do Toldo	1.122	1.464	1.107
Canoinhas	2.916	3.497	2.871
Irineópolis	1.445	1.088	1.388
Itaiópolis	2.615	1.263	2.184
Mafra	1.938	2.022	1.717
Major Vieira	1.112	6.692	1.082
Monte Castelo	458	77	378
Papanduva	1.189	1.143	1.080
Porto União	1.354	2.663	1.201
Três Barras	393	138	382

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Censo Agropecuário (2017).

Na região dos municípios que compõe a Amplanorte nota-se, através dos dados do Censo Agropecuário (2017) que, de maneira geral, as propriedades são de pequeno e médio porte. Conforme visto anteriormente, Canoinhas apresenta a maior quantidade de propriedades acima de 200 hectares. Em termos de propriedades pequenas com alcance quase intermediário (por isso destacadas as propriedades de 100 a 200 hectares) se pode perceber Mafra e Major Vieira como municípios que se sobressaem nesse aspecto. Mafra e Porto União apresentam maior quantidade de propriedades de pequeno porte (Tabela 6).

Tabela 6: Municípios e número de propriedades de pequeno, médio e grande porte

Município	Abaixo de 200 hectares	De 100 a 200 hectares	Acima de 200 hectares
Bela Vista do Toldo	292	23	0
Canoinhas	393	0	173
Irineópolis	114	0	0
Itaiópolis	949	194	0
Mafra	1.988	1.508	0
Major Vieira	1.160	1.001	0
Monte Castelo	65	0	0
Papanduva	1.043	30	0
Porto União	1.360	15	7
Três Barras	3	0	0

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Censo Agropecuário (2017).

Um olhar específico sobre a quantidade de extensas, médias e pequenas propriedades se faz importante, pois há estudos que apontam a quantidade de grandes propriedades

e a relação destas com (IDH) alcançado pelos municípios. A Oxfam Brasil², produziu o estudo “Terrenos da Desigualdade, Terra, Agricultura e Desigualdades no Brasil Rural”, em que aponta que desigualdade extrema tem múltiplas origens e traz consequências deletérias para a garantia de direitos e do desenvolvimento humano, social e ambiental sustentável. No estudo em questão é exposto que no Brasil, 1% dos municípios apresenta maior concentração de terra, 19% apresentam municípios com concentração intermediária de terra e 80% dos municípios apresentam índices reduzidos de concentração de terra. Nos municípios com maior concentração de terra, em geral o IDH se apresenta como 0,59, nos municípios com concentração intermediária se apresenta como 0,64 e nos municípios com concentração menor, o IDH em média é de 0,67 (OXFAM, 2016).

Assim, é possível perceber que a região apresenta heterogeneidade em termos de características sociais e econômicas, que se constituem como desafios para a dinâmica do desenvolvimento humano e social local e regional. Nesta direção, evidencia-se a riqueza socialmente produzida concentrada em Canoinhas e Mafra, dentre outros aspectos que serão retomados ao final em um exercício comparativo sobre os dados levantados.

Neste sentido, cabe atentar para o setor agropecuário como aquele com potencial de alcançar melhorias, tanto em termos de produtividade, como de valor arrecadado, dentre outros aspectos. Por isso, é necessário e urgente compreender o perfil do setor agropecuário regional no que tange as potencialidades de ocupação da população local e regional.

Canoinhas e Itaiópolis, conforme tabelas a seguir se apresentam como municípios com maior número de pessoas ocupadas, e no que diz respeito aos dados sobre laços de parentesco em quantidades totais, os mesmos municípios se apresentam em primeiro e segundo lugares. No que diz respeito ao pessoal ocupado sem laços de parentesco, estes aparecem em maior número total em Itaiópolis e Mafra (Tabela 7).

Tabela 7: Pessoal ocupado nas atividades agropecuárias nos municípios da Amplanorte

Município	Pessoal Ocupado	Com laço de Parentesco	Sem laço de Parentesco
Bela Vista do Toldo	1.119	1.109	97
Canoinhas	2.911	2.894	310
Irineópolis	1.441	1.433	213
Itaiópolis	2.611	2.597	368
Mafra	1.937	1.928	326
Major Vieira	1.110	1.096	171
Monte Castelo	453	445	108
Papanduva	1.186	1.176	227
Porto União	1.345	1.326	167
Três Barras	391	381	69

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Censo Agropecuário (2017).

2 A Oxfam é uma organização global que também se estruturou através da sociedade civil brasileira, em 2014, com intuito de realizar ações, campanhas, pesquisas e atividades diversas relacionadas aos temas Setor Privado, Desigualdades e Direitos Humanos; Juventudes, Gênero e Raça, e Justiça Social e Econômica. O endereço virtual oficial é: <https://www.oxfam.org.br/>

Pela Tabela 7 se torna possível perceber que, com relação às áreas produtivas agrícolas, a maior parte do pessoal ocupado estabelece relações de trabalho com pessoas com laços de parentesco, um dos componentes essenciais para a definição da agricultura familiar. Há ocupação de trabalhadores sem parentesco também em menor quantidade, ou equivalente. Estes dados evidenciam, portanto, que a agricultura existente nesta região, é uma agricultura praticada por pessoas integrantes de uma mesma família, o que mais uma vez confirma o desafio para se promover a sustentabilidade da agricultura familiar na região da Amplanorte.

Através dos dados apresentados se pode também chamar a atenção para o fato da literatura apontar atividades agropecuárias com perfil familiar e sua importância para a produção de alimentos e desenvolvimento local, rural, dentre outros adjetivos. Diversos estudos buscam apontar relação em dados socioeconômicos positivos atrelados ao perfil familiar da produção de alimentos. Azevedo (2004) em estudo intitulado “Relações entre qualidade de vida e agricultura familiar orgânica: da articulação de conceitos a um estudo exploratório”. No estudo em questão a autora sinaliza para o fato de que os conceitos de qualidade de vida e agricultura familiar e orgânica são analisados sem haver uma articulação conceitual sistematizada. Para adentrar ao tema, a autora propôs uma análise à luz de perspectiva socioambiental e cultural a partir da saúde como ponto de partida. Assim, considerou que para esta análise são necessárias dimensões subjetivas que devem ser compreendidas dentro de uma percepção interdisciplinar e multicultural. Apresenta-se aqui este caminho como uma possibilidade de estudo, que expõe a complexidade de relacionamento do setor produtivo agrícola, especialmente familiar, para com o entendimento de sua importância local e regional.

Neste sentido, cabe atentar para o setor agropecuário como setor que pode alcançar melhorias, tanto em termos de produtividade, como de valor alcançado, como de aspectos subjetivos da importância da atividade para a saúde, ou para a cultura, e organização social local e regional. E, cabe aqui também exercitar o olhar sobre indicadores e dados socioeconômicos negativos para que se possa analisar se este perfil de agricultura produzida regionalmente apoia ou parece apoiar melhores índices.

Desafios socioeconômicos e o perfil agrícola familiar encontrado na Amplanorte

Para apoiar uma análise geral dos aspectos socioeconômicos, especialmente no que diz respeito aos problemas sociais, concentração de terras, proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza.

Tabela 8: Proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes nos municípios da Amplanorte, 2018

Município	Proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza
Bela Vista do Toldo	23,76
Canoinhas	9,41
Irineópolis	16,04
Itaiópolis	10,97
Mafra	5,91
Major Vieira	14,44
Monte Castelo	0
Papanduva	3
Porto União	10
Três Barras	8

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Mandala Municipal 2018.

O debate sobre pobreza apresenta diversos entendimentos tanto do que se considera pobreza, extrema pobreza, dentre outros aspectos conceituais. Também é possível conhecer dados impactantes acerca do tema, para avaliar mais precisamente as diversas formas de exploração existentes em cada localidade. Assim, de acordo com Da Costa (2014), o parâmetro global de aferição da extrema pobreza (o do Banco Mundial) adotado pelas Nações Unidas como parâmetro de aferição do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), apresenta os valores de US\$ 1,25 per capita por dia pela Paridade do Poder de Compra (PPC). Mas, há diversos elementos que devem ser considerados nesta definição, por exemplo: Sônia Rocha em Brasil (2014), estudiosa do tema, aponta o debate sobre as calorias ingeridas, dentre outros aspectos. E, caso definido pelo uso do debate relacionado às calorias, a autora questiona: “Se a opção recair sobre a comodidade de manter esse enfoque, que ainda encontra muito respaldo internacional, como estabelecer as necessidades calóricas mínima face às diferenças de idade, sexo, atividade? E como definir a cesta de alimentos que garanta o acesso à quantidade mínima de calorias requeridas, para então calcular seu valor e a linha monetária resultante?”. Este questionamento foi realizado durante a oficina técnica “Dimensionamento e caracterização da pobreza no contexto de sua superação: os limites dos indicadores clássicos e as novas propostas metodológicas”, em 26 de agosto de 2014 no Rio de Janeiro pela iniciativa World Without Poverty (BRASIL, 2014, p. 3).

Paiva (2020) apresenta um estudo sobre o Programa Bolsa Família, propondo medidas para potencializar o programa para enfrentamento do que chamou de pandemia da pobreza, e expôs debate sobre a importância de políticas para ruptura do ciclo da pobreza no Brasil, indicando que esta não alcançou impacto maiores na diminuição da pobreza extrema brasileira em função dos baixos valores de suas transferências (OSÓRIO; SOARES; SOUZA, 2011; PAIVA, SOUZA, NUNES, 2020).

No que diz respeito à proporção de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, Bela Vista do Toldo e Irineópolis se apresentam como municípios com maior incidência de pobreza.

Ainda com relação à análise dos dados, é preciso destacar também o percentual de pobreza extrema que se apresenta em municípios como Bela Vista do Toldo, Irineópolis. Também, o menor IDH nos municípios de Bela Vista do Toldo e Monte Castelo, e a existência de propriedades de grandes proporções em Canoinhas e em Porto União.

Neste contexto, se torna necessário chamar a atenção para algumas informações, a partir do que foi evidenciado no presente artigo, são elas:

- 1) Não foi possível relacionar diretamente dados da produção agrícola familiar em municípios que mais se destacam com maior número de aspectos positivos, ou menor número de aspectos negativos, por exemplo, os municípios que apresentam maior número de pessoal ocupado com agricultura com laços familiares, Canoinhas e Itaiópolis, não são os municípios destaque em melhor IDH, ou maior renda per capita,
- 2) Não foi possível comprovar neste estudo a relação direta entre grandes propriedades de terra e IDH menor, conforme estudo apresentado pela OxFam Brasil,
- 3) O município de Canoinhas apresenta o maior número de grandes propriedades de terra, bem acima do segundo colocado, Porto União. No entanto, não é o município que apresenta maior valor da produção agropecuária, embora seja o município que tenha também o maior número de unidades agropecuárias e de unidades agropecuárias voltadas a comercialização de seus produtos.
- 4) Três Barras é o município com maior arrecadação industrial, com maior PIB Per Capita,
- 5) Major Vieira é o município com maior valor da produção agropecuária,
- 6) Major Vieira é o município que destina a maior parte de sua área para atividades agropecuárias.
- 7) Bela Vista do Toldo é o município com a maior taxa de pessoas vivendo em extrema pobreza. Apresenta também o menor IDH, mas não é o município com menor PIB Per Capita.
- 8) Canoinhas e Mafra arrecadam muito no setor de serviços.
- 9) Canoinhas é o município que apresenta maior número de propriedades com mais de 200 hectares.
- 10) Itaiópolis é o município que possui maior quantidade de pequenas propriedades do que propriedades intermediárias, e possui IDH 0,70.
- 11) Bela Vista do Toldo e Major Vieira são os municípios que mais se sobressaem negativamente no índice de extrema pobreza,
- 12) Porto União está entre os municípios que apresentam propriedades intermediárias e IDH maior do que as demais, alcançando 0,69 e Canoinhas apresenta o maior número de propriedades intermediárias da região, mas com IDH 0,70.

Assim, ficam questionamentos para futuros trabalhos que englobam preocupações como: por que há propriedades maiores na região de Canoinhas? Percebeu-se também que, embora Itaiópolis e Irineópolis não se destaquem com maiores valores em Produto Interno Bruto e o maior percentual deste valor seja advindo da Agropecuária, estes não apresentam os menores índices de Desenvolvimento Humano, ou de Taxas de Mortalida-

de, ou de extrema pobreza. Outros questionamentos foram elencados, tais como: porque ocorrem problemas de extrema pobreza e altas taxas de homicídio em determinados municípios? De que forma estes problemas podem estar relacionados, e de que forma é possível pensar em ações que diminuam ou findem estes problemas?

Obviamente, diferentes olhares ou relações entre informações podem derivar dos levantamentos realizados, assim como novos indicadores e dados podem ser levantados para apoiar estudos como aqueles relacionados ao uso de agrotóxicos nas propriedades, distribuição das propriedades e do trabalho por gênero e idade, tipos de relação com as propriedades, arrendamento, dentre outros aspectos. Entretanto, neste artigo priorizou-se observar dados e elementos relacionados à produção, indicando se de alguma forma houve melhorias em indicadores socioeconômicos, e se estão ligadas a propriedades com menor tamanho e com perfil de atividades agropecuárias com perfil de trabalhadores com laços de parentesco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou realizar um levantamento de dados acerca da atividade produtiva agropecuária na Amplanorte, com intuito de expor a importância da atividade produtiva agropecuária em âmbito social e econômico para a região.

Constatou-se, de forma geral, a concentração de riqueza em municípios como Canoinhas e Mafra. Também, o maior número de propriedades e de maior extensão em Canoinhas, além de índices de desenvolvimento *significativos* nestes municípios. Observa-se também a importância maior do setor de serviços na composição do Produto Interno Bruto dos municípios em questão.

Foi possível perceber heterogeneidade nos dados de produção, e de aspectos socioeconômicos, e um perfil agrícola familiar em todos os municípios, com destaque para alguns que envolvem maior número de pessoas com laço de parentesco na produção do que outros, como foi o caso de Canoinhas e Itaiópolis. Não foi possível realizar relações diretas entre tamanho de propriedade e índice de desenvolvimento humano, bem como também não foi possível realizar relação direta entre perfil da agricultura focado em pessoal com laço de parentesco, ou índice de desenvolvimento humano, ou menor extrema pobreza.

O trabalho, portanto, expõe a complexidade de análise socioeconômica regional, e a necessidade de avançar no levantamento de novos dados que apoiem o entendimento das questões de extrema pobreza, para proporcionar melhorias na qualidade de vida da sociedade, bem como outras questões.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *O Brasil sem miséria*. Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014.
- NAÇÕES UNIDAS. World Summit for Social Development. *Programme of Action of the World Summit for Social Development*. Copenhagen, 1995.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário Brasileiro*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 10 ago 2021.
- FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Indicadores*. Disponível em <<https://indicadores.fecam.org.br/indice/associacoes/ano/2020>>. Acesso em 15 ago 2021.
- HOFFMAN, Rodolfo. Transferências de renda e desigualdade no Brasil (1995-2011). In T. Campello, & M. NERI (Orgs.), *Programa Bolsa Família - uma década de inclusão e cidadania* Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *Obtenção de terras*. 2020. Disponível em: <<https://antigo.incra.gov.br/pt/obtencao-de-terras>>. Acesso em 10 set 2021.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Objetivos do Desenvolvimento do Milênio*. Relatório Nacional de Acompanhamento. 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/140523_relatorioodm.pdf>. Acesso em 29 ago 2021.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. *Mandala Municipal*. 2021. Disponível em: <<http://www.ods.cnm.org.br/mandala-municipal>>. Acesso em 10 ago 2021.
- OXFAM BRASIL. *Terrenos da Desigualdade*. Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural, 2016. Disponível em: <https://oxfam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf>. Acesso em 15 ago 2021.
- OSORIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira. *Erradicar a extrema pobreza: um objetivo ao alcance do Brasil*. Brasília: IPEA, 2011. (Texto para discussão nº 1619). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9610>. Acesso em 20 ago 2021.
- PAIVA, Luis Henrique, COTTA, Tereza Cristina; BARRIENTOS, Armando. Brazil's Bolsa Família Programme. (2019). In M. Compton, & P. T. Hart (Org.), *Great Policy Successes* (pp. 1-24). Oxford, UK: Oxford University Press. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/oso/9780198843719.001.0001>>. Acesso em 29 ago 2021.
- PAIVA, Luis Henrique; SOUZA, Pedro H. G Ferreira; BARTHOLO, Letícia; SOARES, Sergei. Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em resposta à COVID-19. *Revista de Administração Pública* [online]. 2020, v. 54, n. 4. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200243>>. Acesso em 20 ago 2021.
- PAIVA, Luis Henrique.; SOUZA, Marconi; NUNES, Hugo. Targeting in the Bolsa Família programme from 2012 to 2018 based on data from the Continuous National Household Sample Survey (One Pager, n. 436). *Institute for Applied Economic Research (Ipea)*. Brasília, DF: Institute for Applied Economic Research. Disponível em: <https://ipcig.org/pub/eng/OP436_Targeting_in_the_Bolsa_Familia_programme_from_2012_to_2018.pdf>. Acesso em 20 set 2021.
- PEÑA, Carlos Rosano; PINHEIRO, Danielle Sandi; ALBUQUERQUE, Pedro H. M. FERNANDES, Loyane Mota. A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. *Revista de Administração Pública*. 49(4), 889-913. 2015.
- ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil. A evolução de longo prazo (1970-2011). *Estudos e Pesquisas*. Rio de Janeiro: INAE, n. 492, 2013.
- ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil. Crescimento, renda e pobreza. Como ficam os pobres?. *Estudos e Pesquisas*. Rio de Janeiro: INAE, n. 349, 2010.
- SANTOS, Alessio Moreira dos; MITJA, Danielle. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II,

Parauapebas, PA. *Interações* (Campo Grande) [online]. 2012, v. 13, n. 1. pp. 39-48. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590>>. Acesso em 30 ago 2021.

SOARES, Sonia. *Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais*. Brasília: IPEA, 2009a. (Texto para discussão nº 1381).

TRAÇA Rebeca Ribeiro; GODOY, Cristiane Maria Tonetto; CAMPOS, José Ricardo da Rocha; BERNARTT, Maria de Lourdes. Um panorama de 2015 a 2020 sobre as políticas públicas de incentivo à sustentabilidade na agricultura familiar no município de Dois Vizinhos-PR. *Sociedade Em Debate*, 27(2), 154-176. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47208/sd.v27i2.2903>>. Acesso em 20 set 2021.

CINTIA NEVES GODOI

Doutora em Geografia (UFG). Professora dos Programas de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC) Campus Canoinhas -SC e do Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Alves Faria - Unialfa, Goiânia-GO. *E-mail*: cintia.godoi@professor.unc.br - cintia.godoi@unialfa.com.br.

SANDRO LUIZ BAZZANELLA

Doutor em Ciências Humanas (UFSC). Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC) Campus Canoinhas, SC. *E-mail*: sandro@unc.br.

LETÍCIA PALUDO VARGAS

Doutora em Extensão Rural (UFMS). Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC) Campus Canoinhas, SC. *E-mail*: leticia.vargas@professor.unc.br.